

Carlos E. Pacheco Amaral

“Introdução” a John Locke, *Segundo Tratado do Governo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, pp. 5-24.

SEGUNDO TRATADO DO GOVERNO

*Ensaio sobre a verdadeira origem,
alcance e finalidade do governo civil*

John Locke



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Serviço de Educação e Bolsas

INTRODUÇÃO

De entre as preocupações a que a filosofia política procura dar resposta, duas há que sobressaem das demais. Por um lado, compreender e explorar as opções que adoptamos em matéria de organização social e política, submetendo-as a escrutínio e ao crivo de uma avaliação crítica e racional. Enquanto ramo do saber prático, ela disponibiliza-nos instrumentos através dos quais nos podemos dotar das condições adequadas para o exercício de uma cidadania activa, agindo a partir de convicções que, em vez de arbitrárias ou irracionais, detêm um fundamento racional. Por outro lado, mais profundo, ela procura desenvolver quadros conceptuais através dos quais seja possível imprimir significado ao mundo em que vivemos e pensar os lugares que nele queremos ocupar e o tipo de vida que queremos viver. Trata-se de uma tarefa essencial, pelo menos a partir do momento — simultaneamente trágico e tão emancipador — em que, segundo a tradição judaico-cristã, por força do pecado original, o primeiro homem e a primeira mulher foram expulsos do paraíso e, por isso, deixaram de contar com a intervenção divina para a condução das suas vidas. A partir de então, o género humano viu-se confrontado com a necessidade, não só de “produzir o pão com o suor do seu rosto”, para se alimentar, mas também de moldar o mundo em que se encontra e de forjar os seus próprios projectos de vida, tanto individuais como colectivos. Nesta vertente, utópica, a filosofia política projecta-se para além do concreto, precisamente de modo a poder apresentar modelos de organização social e política, visões da vida boa, que merece ser vivida, e da boa sociedade. Desviando-se do real, atende ao possível; afasta-se do “ser” para pensar e propor o “dever ser”.

Reservado todos os direitos de harmonia com a lei.

Edição e propriedade da
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Serviço de Educação e Bolsas
2007

É precisamente na medida em que se afastam do mundo concreto ou de opções políticas concretas, eventualmente populares num determinado período, para nos disponibilizarem paradigmas de organização social e política capazes de nortear as nossas opções, que as grandes obras adquirem uma dimensão que as projecta para além do tempo e das circunstâncias em que foram redigidas, e assumem um valor que resiste ao próprio tempo. Quando tal acontece, os seus autores superam as contingências da conjuntura histórica em que lhes é dado viver, libertando-se, assim, da "lei da morte". Porém, e paradoxalmente, quanto maior é o fascínio de uma obra, maiores, mais díspares e mais complexas são as leituras a que dá origem. E quanto maior a estatura de um autor, maiores as dificuldades que esperam quem o procure situar, muito em particular tratando-se de alguém que, durante toda a sua vida, primou pela privacidade e por permanecer para alguém do escrutínio público e, após a morte, atraiu a atenção de um número sempre crescente de comentaristas.

É o caso, manifestamente, do texto que agora se publica e do seu autor.

John Locke. Vida e obra

John Locke nasceu em 1632 em Wrington, Somerset, no sudoeste da Inglaterra, numa família com inclinações puritanas e parlamentaristas. O pai, advogado e pequeno proprietário, integrou as forças do Parlamento durante a guerra civil e foi através de um Membro do Parlamento a quem prestava assessoria jurídica que John Locke Sénior conseguiu o acesso do filho às melhores escolas do tempo: Westminster School, de 1647 a 1652, e, daí, ao colégio de Christ Church, um dos mais reputados da Universidade de Oxford, onde acabaria por viver durante 14 anos, primeiro como estudante, depois como assistente e, finalmente, como professor. Em Westminster, estuda os clássicos, o hebraico e o árabe; em Oxford, centra-se na Filosofia. Insatisfeito, porém,

com a perspectiva escolástica que, na altura, enformava os estudos filosóficos, cultivava os novos saberes, então em emergência. Interessava-se em particular pela medicina, disciplina que viria a ter um impacto directo sobre a sua vida, embora nunca tivesse exercido a actividade. Foi professor de Grego, de Retórica, de Latim e de Filosofia, cultivando ao mesmo tempo uma aproximação à investigação que se começava a desenvolver, na química e na medicina em particular, o que lhe granjeia a eleição para a Real Sociedade, em 1668.

Entre 1660 e 1662 redige os seus primeiros textos, os *Two Tracts on Government*, bastante afastados das teses liberais que viria a adoptar, nunca publicados durante a sua vida. Um ano mais tarde, escreve os *Essays on the Law of Nature*, provavelmente como sebeta para uma cadeira. Notáveis pelo seu pendor empiricista, pela negação de ideias inatas, apresentam já o germen do que viria a ser a filosofia do conhecimento do *Essay Concerning Human Understanding*¹.

Ainda em 1663, recusa a carreira eclesiástica, contrariamente ao que se esperava de quem pretendia uma carreira académica, e, no ano seguinte, experimenta uma actividade nova, partindo numa missão diplomática junto do eleitor de Brandeburgo. A experiência não lhe deve ter sido particularmente gratificante, uma vez que recusou dar-lhe continuidade, optando, antes, por regressar a Oxford. É por esta altura que descobre Descartes, que lê com gosto, vendo nele uma alternativa à escolástica, o que o leva a dedicar-se à Filosofia.

Locke conheceu Lorde Ashley, mais tarde Conde de Shaftesbury, em Oxford, em 1662. E os dois travaram de imediato relações de amizade. Quatro anos mais tarde, haveriam de voltar a encontrar-se, e desta vez os caminhos de ambos cruzar-se-iam definitivamente.

¹ Pelo qual ficaria para sempre celebrado como o grande vulto do empirismo inglês. Este texto seria publicado entre nós em 1999, pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 2 vols., com o título *Ensaio sobre o entendimento humano*.

Graças ao envolvimento directo de Shaftesbury, Locke consegue uma dispensa real que lhe assegura o lugar em Oxford, mesmo sem ordenação sacerdotal. Em Julho de 1666, encontrando-se Lorde Ashley gravemente doente, Locke aconselha uma delicada intervenção cirúrgica, que dirige pessoalmente, salvando-lhe a vida de forma quase milagrosa. A partir de então passa a viver com ele, como médico privado, como secretário pessoal e como assessor.

Exerceu, durante algum tempo, as funções de Secretário do Conselho de Comércio e Plantações. E, se bem que não seja possível distinguir com precisão as partes do texto que são da sua autoria daquelas que lhe terão sido ditadas por Shaftesbury, Locke esteve envolvido na redacção da Constituição da colónia da Carolina. São igualmente deste período dois textos de Locke. O primeiro, é o *An Essay concerning Tolerance*, um pequeno ensaio onde se começa a notar uma viragem liberal no seu pensamento. O segundo tem por título *Some of the Consequences that are like to follow upon the Lessening of Interest to 4 Per Cent*. E, embora não seja fácil datá-las com precisão, as suas primeiras reflexões em matéria de filosofia do conhecimento seguir-se-ão pouco depois. Reportamo-nos aos textos que ficariam conhecidos como *Drafts A e B*, o último dos quais data de 1671.

A associação a Shaftesbury marcou Locke indelevelmente, começando a fazer-se sentir de imediato. Transportando-o para a vida política do seu tempo, permitiu-lhe, simultaneamente, o contacto com a actividade política — o que lhe ofereceu a oportunidade de conhecer de perto os seus meandros concretos —, e o distanciamento necessário para poder reflectir sobre ela. Shaftesbury era uma das figuras mais influentes da época, e das mais controversas também, e, para além disso, os tempos que corriam eram ainda particularmente conturbados, caracterizados pela censura, pela intolerância e pelo conflito pela sucessão dinástica. Eram tempos em que as ideias políticas de um homem o podiam levar à desgraça e, inclusivamente, ao cadafalso.

Entre 1676 e 1675, Locke encontra-se embrenhado nos negócios e na actividade política de Shaftesbury. Em 1675,

Shaftesbury é já líder da oposição ao absolutismo real. É nesta altura que Locke parte para o continente europeu, onde permaneceu, viajando muito. Não se conhecem ao certo os motivos reais da deslocação e, no dizer de David Wootton, não podemos ter a certeza de qual a melhor maneira de o descrever durante este período, se como “filósofo convalescente”, “exilado político”, ou “agente secreto” ao serviço de Shaftesbury². Certo é, no entanto, que Locke aproveitou esse período, para cultivar relações com as principais figuras do seu tempo e aprofundar o estudo da filosofia que se fazia no continente europeu, do cartesianismo, em particular. Durante a sua estadia em França tem oportunidade de continuar a trabalhar a sua filosofia do conhecimento e escreve um ensaio intitulado *De Intellectu*.

Ao regressar a Londres, na primavera de 1679, encontra a vida política inglesa em ebulição e o país profundamente dividido. A liderar a facção *Wig*, liberal, Shaftesbury encontra-se no âmago da luta política, e a ele junta-se Locke. Depois de passar um ano preso na Torre de Londres por se opor ao rei, Shaftesbury é nomeado para o governo, envolvendo-se nas conspirações maquinadas para assegurar a exclusão do católico Jaime ao trono protestante inglês, dentro e fora do Parlamento. A sua ligação a Shaftesbury torna-o suspeito. Em 1681, Shaftesbury é novamente preso, ficando os seus associados expostos. Um dos seus apoiantes, Stephen College, é preso por apelar a que o Parlamento assumira o controlo do poder e que o rei o respeite. E quando um júri londrino o iliba, a coroa leva o julgamento para Oxford, onde ele é condenado e executado. O próprio Shaftesbury é preso, acusado de alta traição, e são enviados espiões para vigiar de perto os movimentos de Locke.

² Cf. a introdução, interessante e muito erudita, que preparou para a edição das obras completas de John Locke publicadas em 1993 pela Mentor Books. “Introduction”, *Political Writings of John Locke*, edited and with an introduction by David Wootton, New York, 1993, p. 19.

Shaftesbury é entretanto absolvido e libertado – quando deixa de constituir ameaça séria. No entanto, o período revolucionário e conspiratório perdura. Em Julho de 1683, é descoberto o conhecido “Rye House Plot”, visando prender e neutralizar o rei, Carlos II, e o irmão, Jaime. Não é possível identificar com rigor o grau de envolvimento de Locke na conspiração. Todavia, justificada ou injustificadamente, ele ter-se-á sentido em perigo. E acabaria por ver os principais conspiradores pagarem a temeridade com a vida. No julgamento de um deles, Algernon Sidney, uma das peças principais que haveriam de conduzir à pena de morte é o livro, *Discourses concerning Government*, onde apresenta princípios e ideais políticos não muito diferentes daqueles defendidos por Locke.

Nesse mesmo período, Locke terá testemunhado aquela que acabaria por ser a última queima de livros na Inglaterra, no pátio da sua Universidade, muitos deles títulos que ele próprio possuía na sua biblioteca. Duas semanas mais tarde, abandona definitivamente Oxford. Pouco depois, consegue fugir para a Holanda, de forma completamente inesperada e com total secretismo, uma semana antes da coroa começar a prender os conspiradores. Prender, julgar e executar.

No prefácio que preparou para os Dois Tratados do Governo, Locke manifesta a esperança de que a obra pudesse contribuir para legitimar o poder do novo monarca inglês, o rei Guilherme. Algumas passagens, curtas, terão sido adicionadas a posteriori, no entanto, hoje é comumente aceite que o texto foi escrito muito antes da “gloriosa revolução”, e que a redacção do Segundo tratado, que agora se publica, terá sido pelo menos iniciada ainda em Londres.

Já no exílio, Locke vê o seu nome incluído na lista de conspiradores. É banido de Oxford e, pior ainda, é emitido um mandato de captura em seu nome. Nem no exílio está seguro, sentindo necessidade de se esconder e de ocultar a sua identidade. Em todo o caso, liberto de actividades políticas e administrativas, estabelece contacto com outros exilados e com os principais vultos

da sociedade holandesa do tempo, passando a dedicar-se aos seus dois grandes interesses de sempre, a Medicina e a Filosofia. Nesta última disciplina, são as áreas do Conhecimento e da Política que centram a sua atenção. Continua a trabalhar no Ensaio, que em 1686 estará terminado. Por essa altura redige a Epistola de Tolerantia, que seria publicada imediatamente após o regresso a Inglaterra, em latim, com o pseudónimo curioso de PAPOILA. Dois anos mais tarde, publica em francês na *Bibliothèque universelle et historique* uma primeira versão, resumida, do Ensaio, que faz circular em separata.

A ascensão ao poder de Guilherme de Orange, “o nosso grande restaurador”, como lhe chama Locke, e a fuga para o exílio de Jaime II marcam o encerramento do período revolucionário. Locke pode regressar a Inglaterra, o que faz em Fevereiro de 1689. No entanto, não é uma Inglaterra totalmente pacificada e estável que encontra, havendo sempre a possibilidade de um regresso de Jaime II, o que significaria o retorno “de Morbo Gallico”, da doença francesa, não só a sífilis, mas o absolutismo monárquico³. É novamente tentado com a carreira diplomática: oferecem-lhe o lugar de Embaixador em Brandeburgo, cargo que rejeita. A sua saúde está a deteriorar-se, e opta por se dedicar à investigação, revisão e publicação dos seus trabalhos.

³ Peter Laslett sublinha a existência de um manuscrito com este nome, que constituiria a terceira parte dos *Dois tratados do governo*, entretanto perdida, ou destruída propositadamente. Locke não se terá atrevido a levá-lo consigo para a Holanda, por medo de ser apanhado com ele, deixando-o na Inglaterra ao cuidado de amigos, que, com o avançar da repressão, das prisões, dos julgamentos e das execuções, o terão destruído. O *morbo gallico*, que Locke pôde observar de perto durante a sua estadia em França, representava igualmente um desafio geoestratégico fenomenal para a própria Inglaterra. Cf. a introdução preparada por Laslett para a edição crítica dos *Dois tratados do governo* publicada pela Cambridge University Press: John Locke, *Two Treatises of Government*, ed. Peter Laslett, Cambridge, Cambridge University Press, 1988. A primeira edição é de 1960. Vejam-se, em particular, as pp. 62 e seguintes.

Ao regressar a Inglaterra, não desenvolve grandes esforços no sentido de recuperar o seu lugar em Oxford. Em vez disso, estabelece-se temporariamente em Londres, e, a partir de 1691, em Oates, no norte de Essex, como convidado permanente de Sir Francis Masham, cuja mulher, Damaris, era uma amiga e correspondente de longa data. A partir de então, passa o seu tempo em Oates, com excepção dos períodos em que as suas actividades profissionais o levam a Londres.

Em 1689 publica finalmente o *Essay Concerning Human Understanding*, bem como os *Two Treatises of Government* – estes últimos anonimamente⁴. Nesse mesmo ano, publica a *Letter concerning Toleration*, tradução inglesa da Epístola, que se esgota rapidamente, tal como a segunda edição. No final do verão do mesmo ano publica uma *Second Letter concerning Toleration*, que assina com o pseudónimo de “*Philanthropos*”, em defesa da primeira e em resposta às críticas que entretanto lhe haviam sido dirigidas, de entre as quais sobressai, pela sua vivacidade, a de Jonas Proast, um clérigo de Oxford. Em Novembro do ano seguinte, faz publicar a *Third Letter for Toleration*, bem mais circunstanciada do que a anterior, nomeadamente em resposta a novo ataque de Proast, que, desta feita, não reage. Paralelamente, volta-lhe o interesse antigo por questões económicas, publicando, em 1691, um ensaio intitulado *Some Considerations of the Consequences of the Lowering of Interest and Raising the Value of Money*, em que retoma muito do que havia escrito sobre a matéria para *Shaftesbury* em 1668.

Em 1692 retoma outra vertente de que se havia ocupado durante o exílio na Holanda: o ensino. A partir da correspon-

⁴ Até ao fim da sua vida, Locke jamais reconhecera publicamente a autoria deste e dos seus demais textos de filosofia política. A época aconselhava prudência. Muitas vidas haviam sido ceifadas apenas pelas ideias que defendiam. A revolução tinha terminado; no entanto, havia sempre a possibilidade de um regresso de Jaime II e do retorno à instabilidade revolucionária.

dência que havia trocado com um amigo a propósito da educação do filho dele, publica *Some Thoughts concerning Education*. É a segunda obra que publica com o seu nome, a seguir ao Ensaio. Em Maio de 1694 aparece a segunda edição do Ensaio, revista e alargada, em que procura responder à crítica que, entretanto, havia originado. No ano seguinte, publica, anonimamente, o seu primeiro trabalho produzido inteiramente depois do exílio, *The Reasonableness of Christianity*, uma obra bastante controversa que haveria de ser alvo de violentos ataques e que levaria Locke a publicar, sempre sob anonimato, duas *Vindications*, uma em 1695 e a outra, bem mais aprofundada, na primavera de 1697.

Para Locke, são tempos de intensa actividade, intelectual e política também. A crise monetária trá-lo de novo para a vida política, levando-o a publicar, no início de 1695, um pequeno trabalho intitulado *Short Observations on a Printed Paper* e, no final do ano, um trabalho de maior fôlego, *Further considerations Concerning Raising the Value of Money*. A partir do ano seguinte, vê-se de novo envolvido na política comercial e colonial inglesa, integrando o Conselho de Comércio e Plantações, até se reformar, em 1700. O tempo que lhe sobra, reserva-o para a defesa do Ensaio. Publicado em terceira edição em 1695 e em quarta, em 1700, seria objecto de crítica por parte do Bispo de Worcester, *Edward Stillingfleet*, com quem Locke acabaria por se envolver em acesa polémica.

Locke passou os últimos anos de vida em Oates, empenhado na redacção da sua última grande obra, *Paraphrase and Notes on the Epistles of Saint Paul*, publicada apenas postumamente, e na elaboração de uma versão corrigida dos Dois tratados do governo, considerando que as primeiras duas edições continuavam a apresentar muitas imprecisões.

Peter Laslett relata com pormenor a história das primeiras edições desta obra⁵. A primeira data de 1690 e apresenta erros

⁵ Cf. a Introdução que preparou, acima citada, pp. 7 e seguintes.

graves que a tornam de todo insatisfatória. Quando, cinco anos mais tarde, é necessário proceder a uma segunda edição, Locke apresenta um novo manuscrito, com uma série de alterações. Esta segunda edição, no entanto, acaba por ser ainda pior do que a primeira. Tanto assim que o editor acede em vender todos os exemplares a baixo preço, de modo a que a edição “se espalhasse por entre leitores comuns”. Quatro anos depois, esta edição mais barata encontra-se igualmente esgotada, procedendo-se, então, a uma terceira edição, de maior qualidade, a partir de novo texto corrigido por Locke. Mas nem esta terceira edição de 1698 o satisfaz. É, portanto, à revisão desta edição que Locke se dedica, primeiro pessoalmente, depois através do seu secretário, Pierre Coste. Esta versão corrigida será utilizada para a quarta edição dos Dois tratados, inserida na primeira edição, já póstuma, das obras completas de Locke, que data de 1713. A partir daí, os Dois tratados foram reeditados, com regularidade quinquenal, tendo-se assistido a uma degradação gradual da qualidade do texto, na medida em que para cada nova edição se recorria ao texto da edição imediatamente anterior, copiando e aumentando os seus erros. Este processo apenas seria travado em 1764, quando Thomas Hollis adquire e publica o manuscrito com as correções iniciadas por Locke e concluídas por Pierre Coste ao texto da terceira edição. É a esta edição de 1764 que Laslett recorre para a sua edição crítica e que também nós utilizamos.

Em 1702, Locke redige ainda um pequeno opúsculo intitulado *Discourse of Miracles*, publicado apenas postumamente. Com o agravamento do seu estado de saúde, passa os últimos anos de vida em casa, na companhia de Lady Masham, saindo cada vez menos. Não chega a terminar a última obra de que se ocupa, a *Fourth Letter on Toleration*, a degradação do seu estado de saúde não o permite. Tem ainda oportunidade para reconhecer a autoria dos Dois tratados do governo, no codicilo que introduz, já em 1704, no seu testamento para “legar à Biblioteca Pública da Universidade de Oxford [...] Two Treatises of Governement, do qual o Sr. Churchill publicou

várias edições, mas todas muito incorrectas”. A autoria do texto fica assim afirmada em definitivo. Finalmente John Locke, o filósofo do Ensaio, como gostava de ser conhecido, reconhece ser também o autor dos Tratados, mas para a posteridade, já que perante os seus contemporâneos, nunca a assumiu, nem jamais permitiu que fosse divulgada⁶.

John Locke acabaria por falecer tranquilamente em Oates, pelas 15 horas do dia 28 de Outubro de 1704, enquanto Lady Masham lhe lia os Salmos.

Para o seu túmulo adoptou o epitáfio, redigido em latim “Aqui repousa John Locke. Se perguntares como viveu, responderá que viveu satisfeito com a mediania”. Na verdade, teve sempre uma vida simples, “unaffected”, como diria Lady Masham para o descrever. Profundamente religioso, é em Deus e no Direito natural que encontra o suporte último para o seu pensamento, bem como para a sua vida. Meticuloso e perfeccionista, nada deixava ao acaso e registava tudo, o que nos permite hoje um conhecimento aprofundado dos seus passos e da sua vida, não obstante a privacidade por que primou e o anonimato que insistiu em emprestar a boa parte da sua obra. Porém, a mediania para Locke está longe, bem longe, tanto da falsa modéstia, como da concepção que hoje lhe atribuímos. A mediania que imprimiu à sua vida e que o satisfez foi, antes, a aurea mediocritas clássica. Uma mediocritas que, imediatamente após a sua morte, o catapultaria para a ribalta do pensamento ocidental, destacando-se, de toda a sua obra, dois textos, que continuam a ser utilizados nas Universidades e nas Academias, não só como referências, mas como livros de base: o Ensaio sobre o entendimento humano, ao nível do conhecimento, e o Segundo tratado do governo, ao nível da política.

Reeditado centenas de vezes e traduzido em inúmeras línguas, começando pelo francês e incluindo o russo, o hebraico, o

⁶ Apud Peter Laslett, *op. cit.*, p. 4.

árabe, o japonês, e o hindi, para além de praticamente todas as línguas europeias, o Segundo tratado do governo depressa se tornaria no "A B C da política", levando a que fosse universalmente reconhecido como "pertencendo à mesma classe que a Política de Aristóteles"⁷. A sua influência é enorme, na Inglaterra, nos Estados Unidos, em França..., tanto em termos intelectuais como em termos positivos concretos. Em termos intelectuais, John Locke, "o apóstolo da liberdade", como lhe chama Simone Goyard-Fabre⁸, haveria de ter um impacto profundo sobre homens como Thomas Jefferson, Voltaire, Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau... Em termos positivos, está bem presente tanto na Revolução Norte-americana como na Revolução Francesa. E não será seguramente por acaso que o primeiro tradutor português do Segundo tratado se apressou a oferecer o texto de Locke que acabara de verter para a nossa língua "aos constitucionais portugueses, como princípios fundamentais para a consolidação da Carta Constitucional, datada de 29 de Abril de 1826"⁹. Não obstante trazer a marca do espaço e do tempo em que foi redigido, o Segundo tratado do governo ultrapassou de imediato as fronteiras da Inglaterra, adquirindo uma projecção europeia, ocidental e planetária. Paralelamente, resiste ao tempo, transportando uma actualidade e uma urgência que perduram.

⁷ Cf. Ibid.

⁸ Cf. a interessantíssima introdução, muito erudita, que preparou para a tradução francesa do Segundo tratado do governo publicada em 1984, *op. cit.*

⁹ Como se pode ler na capa da edição publicada em Londres em 1833. Cf. John Locke, *Ensaio sobre A Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Governo Civil, Escrito em Inglês por John Locke e Traduzido para Português por João Oliveira de Carvalho, Estudante do Terceiro Anno de Cânones. Oferecido aos Constitucionais Portuguezes como Principios Fundamentaes para a Consolidação da Carta Constitucional, datada de 29 de Abril de 1826*. Londres, Impresso por Ricardo Taylor, 1833.

O Segundo tratado do governo hoje

É certo que não foi para nós que Locke escreveu. Aquele em que viveu, não foi o nosso mundo, e as suas preocupações não são as nossas. John Locke é um homem de "muitas faces", muitas "máscaras", tornando-se difícil reuni-las a todas de modo a poderem espelhar o homem singular e concreto a que pertencem e que enformam: pai do iluminismo britânico, para uns, ideólogo da emergente burguesia, para outros, principal expoente do constitucionalismo inglês, intelectual empenhado, livre-pensador, beato e teólogo, introdutor do liberalismo, libertário, precursor do socialismo e do comunitarismo..., consoante as interpretações ou os aspectos do seu pensamento que se querem privilegiar. Por outro lado, John Dunn sublinha ainda o que apelida de "ambiguidades" do Segundo tratado do governo, que conduzem às leituras mais variadas e mais contraditórias e elevam o texto à condição de fundamento ideológico da Revolução Norte-americana — se bem que tenha sido igualmente invocado como demonstração da sua ilegitimidade —, modelo inspirador da Revolução Francesa e da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, matriz do liberalismo capitalista, ao mesmo tempo que é admirado por revolucionários e socialistas, causa do colapso do Ancien Régime na Europa, não obstante o conservadorismo e o apelo a Deus e à ordem que permeiam toda a obra... E, paralelamente, denuncia a dimensão teocêntrica da filosofia política lockeana, o que a tornaria pouco mais do que inútil para os nossos dias¹⁰.

A cresce, e paradoxalmente até, que durante a sua vida Locke não só nunca reconheceu ser o autor dos Dois tratados do governo, como ainda, a acreditar no prefácio que preparou para o segundo, o terá escrito com o objectivo, perfeitamente datado, de "legitimar o poder do nosso grande restaurador". Como explicar,

¹⁰ Cf. John Dunn, *The Political Thought of John Locke. An historical account of the argument of the 'Two Treatises of Government'*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969.

então, o interesse para os nossos dias deste texto, velho de já mais de três séculos?

Ele reveste-se de um interesse que vai muito para além da dimensão histórica. Não obstante o que se afirma no prefácio, não descreve a Inglaterra do seu tempo, nem legitima o universo ou o modelo de organização social e política então em vigor: aqueles subjacentes à “gloriosa revolução” de 1688. Pelo contrário, apresenta uma filosofia política que, alicerçada sobre um conhecimento empírico muito próximo e muito directo dos meandros do poder¹¹, se propõe compreender um universo, que é, simultaneamente, novo, e de sempre. Um universo novo, em gestação no seu tempo e que, não sendo ainda o dele, em boa parte é já o nosso: o universo político da modernidade, dos direitos fundamentais, do Estado de direito, do liberalismo, do socialismo, do comunitarismo... Um universo que é de sempre, na medida em que procura responder à questão, ínsita à própria condição humana, de identificar “o primeiro e verdadeiro alcance e finalidade do governo civil”, conforme propõe o subtítulo do Segundo tratado do governo. E, o facto de dar azo a tantas leituras, e tão díspares, é bem a medida da profundidade e da amplitude do pensamento lockeano, bem como da pluralidade de argumentos que desenvolve, quer de natureza religiosa, quer de natureza secular.

Não foi para nós que Locke escreveu. Porém, e na medida em que não atingimos “o fim da história”, e “o último homem” está ainda por descortinar, as preocupações que enformam as suas

¹¹ É comum dizer-se que o interesse por Locke varia na proporção inversa daquele que se atribui a outro dos grandes pilares do mundo moderno, Maquiavel, como se a popularidade de um ofuscasse a do outro. Curiosamente ambos escreveram a partir da observação e do conhecimento concretos da política e do poder. No entanto, com uma diferença fundamental. Ao contrário de *O Príncipe*, os *Dois tratados de governo* não foram escritos com o objectivo de conquistar os favores dos novos detentores do poder, com vista à obtenção de cargos públicos. Maquiavel ter-se-á dedicado a pensar a política por necessidade, por não a poder exercer; Locke fê-lo por vocação.

reflexões permanecem connosco, e, graças à sua dimensão filosófica, as propostas que oferece, em vez de datadas, retêm todo o seu valor. Se bem que o Segundo tratado do governo não seja do século XXI, ele é importante para a compreensão, quer da realidade política com que nos deparamos hoje, quer do processo que esteve subjacente à sua criação e à sua consolidação. Para além disso, abre-nos igualmente pistas de reflexão relativamente aos caminhos de futuro que, nestes tempos de agora, tão ou mais conturbados ainda do que aqueles em que ele viveu, teremos que forjar para nós próprios. Tanto assim que, de algum modo, hoje nos encontraremos mais próximos do quadro conceptual em que John Locke se move e mais carenciados da reflexão que desenvolve do que em qualquer outro período histórico – pelo menos no mundo Ocidental –, conforme se procurou evidenciar ao longo desta introdução¹².

Foi também para nós que Locke escreveu, isto é, para as gerações que se seguiram, daí ter optado pela filosofia política e não pela persuasão panfletária. E é por isso que, segundo a proposta de A. John Simmons, o Segundo tratado do governo constitui “um esforço acabado e sistemático de produção de uma filosofia política coerente”, merecendo, por isso ser lido, não apenas como um texto que ainda tem alguma coisa para nos dizer, mas como um texto que foi escrito, também, para nós¹³.

Parafraseando John Dunn e Ian Harris, na Introdução que prepararam para uma colectânea em dois volumes sobre Locke,

¹² E nisto, conforme sublinha Peter Laslett, os *Dois tratados de governo* situam-se ao nível da *Política* de Aristóteles, constituindo um dos textos fundamentais da filosofia política Ocidental, reproduzindo, aliás, o juízo do próprio Locke relativamente a este texto, que apenas no testamento assumiu ser seu. Cf. o ensaio introdutório que preparou para a soberba edição crítica dos *Dois Tratados de Governo* publicada pela Cambridge University Press, *op. cit.*, p. 3.

¹³ O mesmo já não poderá ser dito de alguns dos seus demais textos. Cf. A. John Simmons, *The Lockean Theory of Rights*, Princeton, Princeton University Press, 1992. A citação é da p. 8.

reunindo mais de meia centena de ensaios sobre o nosso autor, proceder, nesta introdução, a uma apresentação sumária do argumento do Segundo tratado do governo, seria, no mínimo, supérfluo, senão mesmo impertinente¹⁴. Daí optarmos, em alternativa, por procurar sublinhar as razões pelas quais continua a valer a pena, em pleno século XXI, estudar Locke e, no caso concreto, o seu Segundo tratado do governo. Numa palavra, diríamos que vale a pena fazê-lo na medida em que, em boa parte, continuam a enformar o mundo em que vivemos e em que, nele, continuamos a encontrar instrumentos que nos permitem lidar com as preocupações suscitadas por este mundo que é o nosso, e que Locke e o Segundo tratado do governo ajudaram a forjar.

É comum ver-se os filósofos que se dedicam à política aproximarem-se de agentes políticos, procurando, através deles, traduzir algum aspecto do seu pensamento para a prática concreta. O exemplo mais dramático será, provavelmente, a ida de Platão para a corte do tirano de Siracusa, na esperança de o converter à filosofia. Maquiavel, por outro lado, dedicou o seu Príncipe a Lourenço de Médicis. Locke, por seu turno, desde que conheceu Shaftesbury, esteve no coração da vida política do país e quando, ao regressar do exílio na Holanda, publica finalmente os Dois tratados do governo, no prefácio que preparou não deixa de manifestar a esperança de que o seu trabalho possa servir para legitimar e consolidar Guilherme de Orange no trono, “o nosso grande restaurador”, como o apelida. Guilherme é bem-vindo e aplaudido na medida em que se apresenta como o restaurador das liberdades do povo inglês, usurpadas pelos desvios absolutistas de Carlos e de Jaime, os seus antecessores imediatos. E a liberdade, enquanto “fundamento de tudo o mais que um homem possa ser ou ter”¹⁵ constitui o bem político que Locke mais valoriza,

¹⁴ Cf. John Dunn and Ian Harris, *Locke*, 2 vols., Cheltenham, UK e Lyme, US, Edward Elgar publishing Limited, 1997, pp. xv-xvii.

¹⁵ *Segundo tratado do governo*, capítulo III, parágrafo 17.

ao ponto de Simone Goyard-Fabre justamente o apelidar de “Apóstolo da liberdade”¹⁶. Tanto assim que, visando desenvolver uma teoria capaz de explicar a legitimidade do poder político e de estabelecer as suas fronteiras, é a liberdade que sobressai como grande tema do Segundo tratado do governo.

Locke, porém, não confunde liberdade com libertinagem, muito menos com a ausência de regras. Pelo contrário, é precisamente o respeito pela lei que, colocando-nos a salvo do arbítrio, oferece à liberdade a possibilidade de florescer. Daí, igualmente sublinhar o constitucionalismo e o ideal de Estado de direito. Liberdade, Estado de direito, constitucionalismo, tolerância, respeito pelos outros, direitos do homem, responsabilidade – por si próprio e, até determinado nível, pelos outros – e solidariedade social, governo representativo e governo responsivo, comunidade política e personalidade, eis algumas das dimensões em relação às quais continua a valer a pena recorrer a Locke e, em particular, ao seu Segundo tratado do governo. Assim acontece na medida em que nos disponibiliza instrumentos que podem auxiliar a desenvolver as nossas próprias perspectivas e a encontrar as respostas que, hoje, somos chamados a forjar para os desafios que se nos colocam, nas nossas comunidades locais e nacionais, na União Europeia e até mesmo ao nível do sistema internacional.

Daí igualmente termos optado, na presente tradução, por apresentar o texto de Locke, não numa tradução literal, nem no português do século XVII, mas em linguagem corrente – com um esforço permanente de respeito e de fidelidade ao texto original¹⁷. Tudo isto para facultar que ele se dirija aos dias de hoje

¹⁶ Na introdução que preparou para a edição francesa de 1984 do *Segundo tratado do governo*, op. cit., p. 147.

¹⁷ Aliás, a única outra tradução portuguesa que conhecemos deste texto, da responsabilidade de João Oliveira de Carvalho, datando de 1833, está vertida numa linguagem que não facilita a sua compreensão nos nossos dias. Cf. John Locke, *Ensaio sobre A Verdadeira Origem, Extensão*

o mais directamente possível, e, correlativamente, para facilitar a tarefa de todos aqueles que a ele recorrerem à procura de apoio para a compreensão e a superação dos desafios da contemporaneidade.

Nota sobre o texto

A acreditar no prefácio que Locke preparou para a edição anónima dos Dois tratados do governo, a obra constaria originalmente de três partes distintas e autónomas: a primeira, que viria a constituir O primeiro tratado, uma segunda, que se teria perdido, ou sido destruída, nos tempos conturbados que antecederam a sua fuga para a Holanda, e a terceira, composta pelo Segundo tratado. E é esta terceira parte que agora se publica. Sobre a parte do texto lockeano que se perdeu ou que foi destruída por imperativos de segurança, nada se sabe. O Primeiro tratado, não sendo destituído de interesse, é um texto datado, centrado, como está, na crítica a princípios tão afastados das nossas preocupações actuais como sejam a legitimação do absolutismo e do direito divino dos reis, ou a derivação da legitimidade das famílias reais através da sua descendência de Adão e Eva. Assim, à velha maneira socrática, o Primeiro tratado parece proceder a um exercício de arroteamento conceptual, de limpeza do terreno, permitindo ao autor, no Segundo, erguer o seu próprio pensamento e estabelecer “a verdadeira origem, alcance e finalidade do governo civil”, como se pode ler na própria capa da edição de 1698¹⁸. Esse exercício, desenvolvido ao longo do Primeiro tratado, terá, para os nossos dias, um interesse mais histórico do

e *Fim do Governo Civil*, op. cit. Há muito esgotado, este texto foi recentemente reeditado pelas Edições 70, mantendo a linguagem do tradutor do século XIX.

¹⁸ Reportamo-nos à edição anónima dos *Dois tratados do governo*, publicada em Londres por Awnsam e John Churchill.

que filosófico – ao contrário do que se passa relativamente ao Segundo tratado.

Acresce que o próprio John Locke não terá sido alheio a esta diferente natureza, nem ao diferente destino dos seus dois textos. Em 1691 surge a primeira tradução, em língua francesa, da responsabilidade de um pastor huguenote radicado na Holanda. O texto, de reconhecida qualidade, não é, porém, uma mera tradução. Apenas o Segundo tratado é traduzido e publicado, e tanto o prefácio como o primeiro capítulo, ligando-o ao Primeiro, são suprimidos. O texto lockeano conhece, assim, uma nova versão, publicada anonimamente com um título também ele novo: *Du gouvernement civil*. É esta nova versão que será reeditada mais de uma dúzia de vezes ao longo do século XVIII e será através dela que o Segundo tratado irá ser conhecido no continente europeu e lido e admirado por Montesquieu, Voltaire, Jean-Jacques Rousseau...

Conforme Peter Laslett argumenta, esta publicação autónoma do Segundo tratado não só sugere que terá sido escrito antes do Primeiro, como nos mostra Locke a sublinhar a “desconexão” dos dois textos, ao ponto de pelo menos aceitar que se lhes altere o título. O que o leva a concluir que não teria desagradado a Locke saber que iria ser o Segundo tratado autónomo, seguindo o modelo da tradução francesa, a “integrar o cânone da teoria política”.

Não deixa, aliás, de ser sintomático que a primeira edição norte-americana, de 1773, tenha seguido o precedente francês. O texto é o da 6ª edição inglesa, de 1764, preparada por Thomas Hollis a partir das correcções introduzidas, primeiro pelo próprio Locke e, depois, pelo seu secretário, Pierre Coste, sobre a terceira edição de 1698 – e não o das primeiras edições, relativamente às quais Locke demonstrou enormes reticências, considerando-as manifestamente deficientes e insatisfatórias. No entanto, tal como na tradução francesa, tanto o Primeiro tratado, como o primeiro capítulo do Segundo são omitidos. A primeira tradução espanhola data de 1821, e a primeira em língua portuguesa é publicada,

como se viu, em 1833, seguindo as opções francesa e norte-americana de publicação apenas do Segundo tratado.¹⁹

E é isto que explica a presente opção pela publicação apenas do Segundo tratado do governo. Optámos pela manutenção do título original fixado por Locke, em vez do título da primeira tradução francesa, que ainda é seguido, aliás, por algumas traduções²⁰. Para a presente edição utilizámos o texto do Segundo tratado tal como fixado por Peter Laslett na edição monumental dos Dois tratados que preparou em 1960 para a Cambridge University Press, a partir da edição de Thomas Hollis de 1764, bem como a página de rosto e o prefácio preparado por Locke para primeira edição dos Dois tratados²¹. Preferimos não a sobrecarregar, nem com a longa e muito erudita introdução, nem com o minucioso aparato crítico desenvolvidos por Peter Laslett²², de modo a respeitar a natureza eminentemente didáctica e de divulgação que se pretende para esta edição.

CARLOS E. PACHECO AMARAL

¹⁹ Veja-se a introdução de Peter Laslett, *op. cit.*, em particular pp. 12 a 15.

²⁰ Cf., por exemplo, a tradução espanhola de Angela Morales Paraíso, publicada em 1987 nas Ediciones Alba, com o título *Ensayo sobre el gobierno civil*, ou a francesa, de David Mazel, publicada em 1984 em Paris pela Flammarion com Cronologia, Introdução, Bibliografia e Notas de Simone Gyard-Fabre, intitulada *Traité du Gouvernement Civil*.

²¹ À imagem, aliás de muitas outras traduções, contemporâneas por exemplo, francesas, espanholas e italianas, bem como de edições inglesas. Para o texto integral dos dois tratados cf. a edição crítica magistral preparada por Peter Laslett para a Cambridge University Press datada de 1960, já citada.

²² Os leitores interessados no aprofundamento do estudo da obra lockeana poderão, seguramente, recorrer com facilidade aos textos originais, amplamente reeditados e divulgados.

TWO
TREATISES
OF
Government:
In the Former,
The False Principles and Foundation
OF
Sir Robert Filmer,
And His FOLLOWERS,
ARE
Detected and Overthrown.
The Latter is an
ESSAY
CONCERNING
The True Original, Extent, and End
OF
Civil-Government.
LONDON: Printed for Awnsham and John Churchill, at the
Black Swan in Pater-Noster-Row. 1698.